



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/07/2020. Publicação: 29/07/2020. Edição nº 138/2020.

Art. 1º. Instaurar, sob sua presidência, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO STRICTO SENSU - PASS - nos termos do art. 3º, V, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, e art. 8º, II e III da Resolução 174/2017 do CNMP, objetivando acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, as medidas preventivas e repressivas para enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes no município de São Bento,

Art. 2º. Determinar, desde já, as seguintes providências:

I – Que o técnico ministerial desta Promotoria proceda ao levantamento de todos os registros de ocorrências de abuso sexual, em face de crianças e adolescentes, registrados nesta Promotoria nos últimos dois anos. Deve fazer relação das demandas, apontando o seguinte: quais foram encaminhadas para a Delegacia; as que os respectivos procedimentos policiais foram concluídos; quais originaram Ação Penal; os casos arquivados e as que resultaram em condenação. As ocorrências que a Delegacia não respondera, requisição deve ser reiterada, com o devido acompanhamento no SIMP;

II– As ocorrências pendentes de conclusão, ainda nesta Promotoria, deverão ser apensas a este Procedimento para providências e acompanhamento;

III – Agende-se reunião, nesta Promotoria, primeiramente com o Conselho Tutelar, o CMDCA e representantes dos CRAS E CRAS de São Bento. Após, agende-se nova reunião convidando-se, também, representantes das polícias civil e militar, bem como a guarda municipal;

IV– Encaminhe-se uma cópia desta Portaria para o CAOP da Infância e Juventude do MP/MA; bem como ao Conselho Tutelar e ao CMDCA de São Bento-MA;

V - Seja registrado esta Portaria no SIMP, devendo todos os documentos que a instruírem serem devidamente juntados nos autos digitais;

VI – Para auxiliar nos presentes autos nomeio, além do servidor José de Jesus Farias, o assessor ANTONIO DAS GRAÇAS BAIMA E SILVA JR, para atuar como secretários, que deverão tomar as providências de praxe;

VII) Cumpridas as determinações e recebidas as devidas respostas, voltem os autos conclusos.

Publique-se. Registre-se.

São Bento-MA, 27 de julho de 2020.

Promotora de Justiça LAURA AMÉLIA BARBOSA

Titular da Promotoria de São Bento_MA

* Assinado eletronicamente

LAURA AMÉLIA BARBOSA

Promotora de Justiça

Matrícula 1070833

Documento assinado. São Bento, 27/07/2020 19:19 (LAURA AMÉLIA BARBOSA)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade>

informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-PJSAB,

Número do Documento 222020 e Código de Validação 08DA3310AF.

SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

REC-PJSRM - 92019

Código de validação: F70E01FAD2

Aplicação dos recursos dos precatórios do FUNDEF exclusivamente na educação e sem vinculação para o pagamento de Professores e demais profissionais do magistério. Leis Municipais que versam sobre subvinculação. Inconstitucionalidade formal e material.

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, com fundamento no art. 26, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 013/1991 c/c art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, e na Resolução CNMP nº 164/2017,

RESOLVE:

CONSIDERANDO o julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, do REsp 1.101.015/BA, que definiu o modo pelo qual o Valor Mínimo Anual do Aluno (VMAA) deve ser calculado, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424/96, significativo para a fixação do valor das transferências devidas pela União ao FUNDEF: “(...) para fins de complementação pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF (art. 60 da ADCT), com redação dada pela EC 14/96, o Valor Mínimo Anual do Aluno VMAA, de que trata o art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424/96, deve ser calculado levando em conta a média nacional” (Relatoria do Min. Teori Zavascki, DJe de 02/06/2010);

CONSIDERANDO que, como efeito do julgamento dessa ação, bem como de diversas outras individualmente propostas pelos Municípios e Estados brasileiros, gerou um passivo para tais entes de mais de 90 (noventa) bilhões de reais e, para os municípios maranhenses, em cerca de 10 (dez) bilhões de reais, o que permitirá uma revolução na educação pública;

CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas da União, firmado nos Acórdãos nº 1824/2017, 1962/2017, 1518/2018 e 2866/2018, de que:



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/07/2020. Publicação: 29/07/2020. Edição nº 138/2020.

- a) os recursos provenientes de dos precatórios do FUNDEF são constitucionalmente vinculados à educação e, por isso, devem ser empregados integralmente em ações de educação;
- b) qualquer uso em área outra, inclusive para pagamento de honorários advocatícios, será considerado desvio de finalidade, acarretando consequências como instauração de Tomada de Contas Especial;
- c) a fim de garantir a rastreabilidade desses recursos, estes devem ser depositados em conta específica, pois não é recomendável a mistura desses valores com outros decorrentes do FUNDEB, pois tem regimes de aplicação diferenciados;
- d) a subvinculação de 60% (sessenta por cento) dos valores recebidos por tais precatórios para remuneração dos profissionais da educação resta prejudicada: pode resultar graves implicações futuras quando exauridos tais recursos, podendo haver afronta a dispositivos constitucionais (irredutibilidade salarial, teto remuneratório e princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade); e) a natureza extraordinária dos recursos advindos da complementação da União obtida via judicial afasta a subvinculação estabelecida no art. 22 da Lei nº 11.404/2007 (Acórdão nº 1962/2017 – TCU – Plenário); f) a aplicação desses recursos deve ser definida em cronograma de despesas que englobe mais de um exercício financeiro;

CONSIDERANDO que, nessa mesma senda, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Medida Cautelar em Mandado de Segurança 35675/DF, da Relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, afirma o seguinte: “Em síntese, os fundamentos elencados para obstar a aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, foram os seguintes: (i) a norma incide tão somente sobre ‘recursos anuais’; ii) dada a natureza eventual do recurso, após seu exaurimento, haveria o problema da irredutibilidade salarial; (iii) risco de ultrapassar o teto remuneratório constitucional; (iv) ofensa aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade; (v) ofensa aos artigos 15, 16 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 15. Em sede de cognição sumária, os argumentos postos acima são relevantes e possuem ampla razoabilidade, o que faz com que não esteja presente, neste momento processual, a probabilidade de existência do direito invocado pelo impetrante. É verdade que, no julgamento das ações civis ordinárias nºs 648, 660, 669 e 700, o pleno desta Corte, ao confirmar a condenação da União ao pagamento da diferença do Fundef/Fundeb, manteve a vinculação da receita à educação. Esse fato, todavia, não importa em reconhecer de forma automática que deva ser mantida a subvinculação de 60% para pagamento de remuneração dos profissionais do magistério como requer a impetrante. 16. A probabilidade do direito invocado é esvaziada, principalmente, por conta de dois argumentos. Em primeiro lugar, o art. 22 da Lei nº 11.494/2007 faz expressa menção a 60% dos ‘recursos anuais’, sendo razoável a interpretação que exclui de seu conteúdo recursos eventuais ou extraordinários, como seriam os recursos objeto deste mandado de segurança. Em segundo lugar, a previsão legal expressa é de que os recursos sejam utilizados para o pagamento da ‘remuneração dos professores no magistério’, não havendo previsão para a concessão de abono ou qualquer outro favorecimento pessoal momentâneo, e não valorização abrangente e continuada da categoria”;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica 5006/2016/CGFSE/DIGEF do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) afirma não ser plausível, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a subvinculação dos recursos dos precatórios à remuneração dos profissionais do magistério, sendo oportuna a transcrição do seguinte fragmento da Nota Técnica:

(...)14. O pagamento de significativa quantia remuneratória aos profissionais do magistério de uma só vez, por ocasião da liberação de recursos dos precatórios, não se inscreve e sequer atende às políticas de valorização do magistério público da educação básica, mas, de modo contrário, representa momentâneo e desproporcional pagamento, em valores totalmente desconectados das reais possibilidades de garantia e permanência do nível remuneratório que representam, rompendo, dessa forma, com os princípios da continuidade que deve nortear as políticas de valorização dos profissionais do magistério e da irredutibilidade de salário, que se encontra esculpido no art. 7º, VI, da CF/88.” (Grifou-se)

CONSIDERANDO que os recursos adicionais oriundos dos precatórios do FUNDEF devem ser vinculados intertemporalmente a um plano de aplicação estratégica, tentando alcançar o cumprimento tempestivo das metas ainda não vencidas do Plano Municipal de Educação, pois a destinação de 60% (sessenta por cento) desses recursos aos profissionais do magistério que trabalharam na época em nada impactará a qualidade da educação desses municípios, que passaram anos sem o investimento adequado em educação;

CONSIDERANDO que a finalidade do FUNDEF/FUNDEB é atingir um padrão mínimo de qualidade, em termos de equidade do gasto por aluno, a adequada remuneração dos professores é um meio para tanto, não um fim em si mesmo, de forma que gastos com formação continuada dos professores e melhoria da infraestrutura das escolas impactará a qualidade da carreira do magistério e, por conseguinte, da educação, mostrando-se mais consentânea com a finalidade do FUNDEF/FUNDEB e dos Planos de Educação dos entes federados;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 01/2019, da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Maranhão, afirma que “no que diz respeito a destinação de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) desses valores para pagamento de remuneração de professores, repita-se, entende a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão pela impossibilidade, não havendo discricionariedade do gestor no tocante a fazer ou não este pagamento, notadamente pela natureza extraordinária dos recursos dos precatórios e pela necessidade premente de transformação social da educação pública brasileira, necessitando dotar escolas e sistemas de ensino de uma melhor infraestrutura e de investimentos que possam dar conta da melhoria da qualidade dos indicadores educacionais, incluindo a possibilidade premente de investimento na capacitação continuada dos professores, o que se traduz em investimento real na valorização dos profissionais da educação, além da necessidade de abertura de conta específica, com todos os requisitos previstos em lei para movimentação de conta pública, e elaboração de plano de atuação estratégica, de forma ampla e participativa, com a fortificação das entidades de controle interno local e atendendo as metas estabelecidas pelos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação”;

CONSIDERANDO que essa mesma Nota Técnica aduz: “entende a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão pela inconstitucionalidade de Leis Municipais que contrariando as decisões do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal, regulam a destinação de 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF para pagamento de



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/07/2020. Publicação: 29/07/2020. Edição nº 138/2020.

remuneração, salário, abono ou rateio a profissionais do magistério ou a quaisquer outros servidores públicos, em razão de conterem vícios de natureza formal, tanto pela impossibilidade dos Municípios legislarem sobre financiamento da educação, matéria de competência exclusiva da União, como pelo vício de iniciativa, descabendo aos membros do Poder Legislativo iniciarem projetos de lei com obrigações de natureza financeira para os Chefes do Poder Executivo”;

CONSIDERANDO notícias de atos legislativos que estão sendo emitidos em Municípios do Estado do Maranhão, por iniciativa das próprias Câmaras de Vereadores, em flagrante inconstitucionalidade formal;

CONSIDERANDO que a doutrina e jurisprudência pátrias vem admitindo a possibilidade da prática de atos de improbidade administrativo (Art. 11, da Lei nº 8.429/92), decorrente da ação legislativa, como no caso, quando presentes os seguintes requisitos: a) edição de lei de efeito concreto em evidente desvio de finalidade; b) dolo do(s) agente(s) ou terceiro(s); c) nexo de causalidade entre a ação/omissão e a respectiva lesividade que trouxe a norma editada dissociada do interesse público;

RECOMENDAR ao Prefeito de São Raimundo das Mangabeiras-MA, Sr. Rodrigo Botelho Melo Coelho, o seguinte:

1. Não remeta anteprojeto de lei para a respectiva Câmara Municipal de Vereadores referente à subvinculação de percentual para pagamento de professores com recursos dos Precatórios referente ao FUNDEF;

2. Em caso de recebimento de lei aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores dessa urbe que trate da subvinculação de percentual para pagamento de professores com recursos dos Precatórios referente ao FUNDEF, exerça seu poder de veto, inclusive por inconstitucionalidade formal e material, além de danosa à probidade administrativa;

Publique-se no Diário Eletrônico do Ministério Público e no Boletim Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

São Raimundo das Mangabeiras-MA, 23 de dezembro de 2019.

* Assinado eletronicamente

HORTÊNSIA FERNANDES CAVALCANTI
Promotora de Justiça
Matrícula 1072919

Documento assinado. São Raimundo das Mangabeiras, 23/12/2019 13:39 (HORTÊNSIA FERNANDESCAVALCANTI)
Promotoria de Justiça da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-PJSRM, Número do Documento 92019 e Código de Validação F70E01FAD2.

REC-PJSRM - 102019

Código de validação: 733AE8FFDE

Aplicação dos recursos dos precatórios do FUNDEF exclusivamente na educação e sem vinculação para o pagamento de Professores e demais profissionais do magistério. Leis Municipais que versam sobre subvinculação. Responsabilidade Legislativa por ato de Improbidade Administrativa.

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, com fundamento no art. 26, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 013/1991 c/c art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, e na Resolução CNMP nº 164/2017,

RESOLVE:

CONSIDERANDO o julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, do REsp 1.101.015/BA, que definiu o modo pelo qual o Valor Mínimo Anual do Aluno (VMAA) deve ser calculado, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424/96, significativo para a fixação do valor das transferências devidas pela União ao FUNDEF: "(...) para fins de complementação pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF (art. 60 da ADCT), com redação dada pela EC 14/96, o Valor Mínimo Anual do Aluno VMAA, de que trata o art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424/96, deve ser calculado levando em conta a média nacional" (Relatoria do Min. Teori Zavascki, DJe de 02/06/2010);

CONSIDERANDO que, como efeito do julgamento dessa ação, bem como de diversas outras individualmente propostas pelos Municípios e Estados brasileiros, gerou um passivo para tais entes de mais de 90 (noventa) bilhões de reais e, para os municípios maranhenses, em cerca de 10 (dez) bilhões de reais, o que permitirá uma revolução na educação pública;

CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas da União, firmado nos Acórdãos nº 1824/2017, 1962/2017, 1518/2018 e 2866/2018, de que:

a) os recursos provenientes de dos precatórios do FUNDEF são constitucionalmente vinculados à educação e, por isso, devem ser empregados integralmente em ações de educação;

b) qualquer uso em área outra, inclusive para pagamento de honorários advocatícios, será considerado desvio de finalidade, acarretando consequências como instauração de Tomada de Contas Especial;

c) a fim de garantir a rastreabilidade desses recursos, estes devem ser depositados em conta específica, pois não é recomendável a mistura desses valores com outros decorrentes do FUNDEF, pois tem regimes de aplicação diferenciados;

d) a subvinculação de 60% (sessenta por cento) dos valores recebidos por tais precatórios para remuneração dos profissionais da educação resta prejudicada: pode resultar graves implicações futuras quando exauridos tais recursos, podendo haver afronta a